



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITINOS-PI  
EDITAL 001/2022



Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:  
ASSISTENTE SOCIAL

DATA: 06/11/2022

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
  - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  - LEGISLAÇÃO DO SUS: 11 a 20
  - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que segue e responda às questões de 01 a 10.

### Entenda as diferentes nuances do transtorno do espectro autista

01 O transtorno do espectro autista (TEA) reúne diferentes condições marcadas por alterações no  
02 desenvolvimento neurológico relacionadas a dificuldades de relacionamento social.

03 De acordo com o Ministério da Saúde, os sinais de impactos no neurodesenvolvimento da criança  
04 podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, com o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos  
05 de idade. Além disso, a prevalência do distúrbio é maior entre indivíduos do sexo masculino.

06 O nome de “espectro” é utilizado para englobar situações e apresentações muito diferentes da  
07 condição, que vão de níveis leves a graves. Entre os sinais estão dificuldade de comunicação por deficiência  
08 no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização  
09 e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

10 Especialistas em saúde mental e infantil alertam que a identificação de atrasos no desenvolvimento  
11 bem como o diagnóstico oportuno permitem a realização de intervenções comportamentais e apoio  
12 educacional de maneira precoce, levando a melhorias na qualidade de vida a longo prazo.

13 As causas do transtorno do espectro autista ainda permanecem desconhecidas. Evidências científicas  
14 apontam que não há uma causa única, mas uma interação de fatores genéticos e ambientais. O assunto foi  
15 amplamente discutido por especialistas de diferentes áreas no programa CNN Sinais Vitais, apresentado pelo  
16 cardiologista Roberto Kalil.

17 As manifestações clínicas permitem a classificação do TEA em diferentes categorias.

18 O chamado “autismo clássico” conta com graus de comprometimento que variam entre as pessoas.  
19 De maneira geral, os indivíduos tendem a se voltar para si mesmos, deixando de estabelecer contato visual  
20 com as pessoas ou com o ambiente. Embora consigam falar, podem não utilizar a fala como ferramenta de  
21 comunicação.

22 Nessa forma de autismo, as pessoas podem entender enunciados simples, mas apresentam  
23 dificuldades para compreensão. Por se apegarem ao sentido literal das palavras, não compreendem  
24 metáforas e nem contextos de duplo sentido.

25 Nas formas mais graves do autismo clássico, há uma ausência completa de qualquer contato  
26 interpessoal. Em geral, são crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas  
27 nos olhos, não retribuem sorrisos e repetem movimentos.

28 Outra categoria é o autismo de alto desempenho, chamado anteriormente de síndrome de Asperger.  
29 Os indivíduos apresentam dificuldades semelhantes às outras formas de autismo, mas numa medida bem  
30 reduzida.

31 Apesar das dificuldades para interagir socialmente, compreender e expressar emoções, as pessoas  
32 com a forma mais leve de autismo conseguem se expressar verbalmente e desempenhar papéis que  
33 requerem concentração, especialmente pelo foco exagerado em um assunto específico, característica comum  
34 associada a esse espectro.

35 Há ainda o “distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação”, que inclui indivíduos  
36 considerados dentro do espectro do autismo, com dificuldade de comunicação e de interação social, mas com  
37 sintomas insuficientes para inclusão em outras categorias do transtorno.

38 O acolhimento e cuidado de necessidades específicas de pessoas com transtornos do espectro autista  
39 permitem a melhora no aprendizado e na qualidade de vida.

40 O atendimento inicial pode ser realizado em Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Os profissionais de  
41 saúde podem avaliar e, se preciso, encaminhar o tratamento para ambulatórios e centros especializados, de  
42 acordo com as necessidades específicas de cada caso.

43 O Sistema Único de Saúde (SUS) conta com 274 centros especializados em reabilitação e 47 oficinas  
44 ortopédicas em todos os estados e no Distrito Federal, além de 237 serviços de reabilitação com uma única  
45 modalidade.

46 O site Mapa da Saúde Mental permite a consulta de locais que oferecem atendimento psicológico  
47 gratuito, voluntário ou com preços acessíveis no país.

**Rocha, Lucas.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-as-diferentes-nuances-do-transtorno-do-espectro-autista/>. Acesso em 31 de agosto de 2022 (com supressões).

01. Com base no que a leitura do texto permite, é possível afirmar que
- (A) o autismo ocorre por volta dos 2 a 3 anos de idade.
  - (B) o autismo ocorre muito mais em crianças do sexo masculino.
  - (C) o autismo de alto desempenho é uma forma mais leve do transtorno.
  - (D) o autismo, independentemente da categoria, não permite vida social.
  - (E) o autista deve ser acompanhado o resto da vida por psicólogos.
02. A palavra ‘nuances’ (no título), no contexto em que ocorre, pode ser mais bem substituída (com as alterações que se fizerem necessárias no trecho) por:
- (A) formatos.
  - (B) cores.
  - (C) padrões.
  - (D) modelos.
  - (E) matizes.
03. De acordo com a leitura do texto, é possível afirmar sobre o ‘autismo clássico’, EXCETO:
- (A) Os indivíduos têm uma tendência à introspecção.
  - (B) Os indivíduos podem entender enunciados simples.
  - (C) Os indivíduos não compreendem usos metafóricos.
  - (D) Os indivíduos nas formas graves não retribuem sorrisos.
  - (E) Os indivíduos desempenham papéis que requerem concentração.
04. A partir do trecho “Há ainda o “distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação”, que inclui indivíduos considerados dentro do espectro do autismo, com dificuldade de comunicação e de interação social, mas com sintomas insuficientes para inclusão em outras categorias do transtorno” (linhas 35 a 37), julgue os itens abaixo:
- I. A vírgula após o vocábulo ‘especificação’ se justifica porquanto inicia uma oração explicativa;
  - II. A expressão ‘dentro do’ pode ser permutada, sem prejuízo sintático-semântico, por ‘como pertencentes ao’;
  - III. A troca da forma verbal ‘Há’ pelo verbo ‘existir’ não exigiria a flexão de número plural para este último.
- Marque a opção CORRETA:
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão corretos.
  - (E) Todos os itens estão incorretos.
05. Levando-se em conta o trecho “Outra categoria é o autismo de alto desempenho, chamado anteriormente de síndrome de Asperger. Os indivíduos apresentam dificuldades semelhantes às outras formas de autismo, mas numa medida bem reduzida” (linhas 28 a 30), julgue os itens abaixo:
- I. A expressão ‘autismo de alto desempenho’ e ‘síndrome de Asperger’ estão em uma relação de sinonímia perfeita;
  - II. O uso do acento grave no trecho se justifica porque o vocábulo ‘dificuldades’ exige a preposição ‘a’ e a expressão ‘outras formas’ aceita a anteposição do artigo feminino ‘a’;
  - III. A vírgula antes da conjunção ‘mas’ pode ser retirada sem prejuízo para a correção gramatical do trecho.
- Marque a opção CORRETA:
- (A) Somente o item I está correto.
  - (B) Somente o item II está correto.
  - (C) Somente o item III está correto.
  - (D) Todos os itens estão corretos.
  - (E) Todos os itens estão incorretos.

06. A partir do trecho “Especialistas em saúde mental e infantil alertam que a identificação de atrasos no desenvolvimento bem como o diagnóstico oportuno permitem a realização de intervenções comportamentais e apoio educacional de maneira precoce, levando a melhorias na qualidade de vida a longo prazo” (linhas 10 a 12), julgue os itens abaixo:

- I. A separação da expressão ‘bem como o diagnóstico oportuno’ por duas vírgulas deve levar a forma verbal ‘permitem’ ao singular;
- II. O uso do acento grave deveria ter ocorrido no trecho ‘levando a melhorias’, uma vez que o gerúndio exige a preposição ‘a’ e o substantivo ‘melhoria’ admite o artigo feminino ‘a’;
- III. O uso do acento grave deveria ter ocorrido na expressão ‘a longo prazo’, uma vez que ela já é tradicionalmente acentuada.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

07. A paráfrase para o trecho “Apesar das dificuldades para interagir socialmente, compreender e expressar emoções, as pessoas com a forma mais leve de autismo conseguem se expressar verbalmente e desempenhar papéis que requerem concentração, especialmente pelo foco exagerado em um assunto específico, característica comum associada a esse espectro” (linhas 31 a 34) que mais se aproxima do sentido original e que mantém a correção gramatical é:

- (A) Os autistas conseguem se expressar com palavras, demonstrar afeto e até desempenhar papéis sociais que exijam atenção, mesmo assim, têm enormes dificuldades de interação social.
- (B) As dificuldades de externar emoções, assim como as dificuldades de se expressar verbalmente e de desempenhar determinadas funções sociais, são marcas dos autistas, ainda que consigam interagir em sociedade.
- (C) As pessoas com a forma mais leve de autismo conseguem, a despeito das dificuldades para interagir socialmente, para compreender e expressar emoções, se expressar verbalmente e desempenhar papéis que requerem concentração, sobretudo pelo foco exagerado em um assunto específico, o que é comum neste tipo de autismo.
- (D) Não obstante das dificuldades para interagir socialmente, compreender e expressar emoções, as pessoas com a forma mais leve de autismo conseguem se expressar verbalmente e desempenhar papéis que requerem concentração, especialmente pelo foco demasiado em um assunto específico característica comum associada a esse espectro.
- (E) Ainda que haja dificuldades para interagir socialmente, compreender e expressar emoções, as pessoas com a forma mais leve de autismo conseguem se expressar verbalmente e desempenhar papéis que requerem concentração, especialmente pelo foco exagerado em um assunto específico, característica comum associada à esse espectro.

08. A palavra abaixo que segue a mesma regra de acentuação da palavra ‘reúne’ (linha 01) é:

- (A) ‘distúrbio’ (linha 05).
- (B) ‘única’ (linha 14).
- (C) ‘indivíduos’ (linha 19).
- (D) ‘saúde’ (linha 10).
- (E) ‘voluntário’ (linha 47).

09. Partindo do trecho “encaminhar o tratamento para ambulatórios” (linha 41), a preposição, abaixo, que mais preserva as relações sintático-semânticas do trecho original é:

- (A) até.
- (B) por.
- (C) a.
- (D) perante.
- (E) ante.

10. A partir do trecho “O transtorno do espectro autista (TEA) reúne diferentes condições marcadas por alterações no desenvolvimento neurológico relacionadas a dificuldades de relacionamento social” (linhas 01 e 02), julgue os itens abaixo:

- I. Os parênteses no trecho poderiam ser substituídos por dois travessões;
- II. O vocábulo ‘neurológico’ deveria ser seguido por uma vírgula;
- III. O vocábulo ‘a’ antes da palavra ‘dificuldades’, caso fosse grafado ‘as’, deveria receber o acento grave.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

### LEGISLAÇÃO DO SUS

11. A Portaria nº 4.279/2010 refere que, no Brasil, o debate em torno da busca por maior integração adquiriu nova ênfase a partir do Pacto pela Saúde, que contempla o acordo firmado entre os gestores do SUS e ressalta a relevância de aprofundar o processo de regionalização e de organização do sistema de saúde sob a forma de Rede como estratégia essencial para consolidar os princípios de Universalidade, Integralidade e Equidade se efetivando em três dimensões. Analise os enunciados abaixo:

\_\_\_\_\_ : compromisso com as prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.

\_\_\_\_\_ : compromisso com a consolidação dos fundamentos políticos e dos princípios constitucionais do SUS.

\_\_\_\_\_ : compromisso com os princípios e diretrizes para a descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, programação pactuada e integrada, regulação, participação social, gestão do trabalho e da educação em saúde.

A opção que apresenta as três dimensões, respectiva e CORRETAMENTE é:

- (A) Pacto Pela Vida; Pacto de Gestão e Pacto em Defesa do SUS.
- (B) Pacto de Gestão; Pacto em Defesa do SUS e Pacto Pela Vida.
- (C) Pacto de Gestão; Pacto Pela Vida e Pacto em Defesa do SUS.
- (D) Pacto em Defesa; do SUS, Pacto Pela Vida e Pacto de Gestão.
- (E) Pacto Pela Vida; Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão.

12. Considerando a Lei nº 9.836/1999, analise as formulações e marque Verdadeira (V) ou Falsa (F):

- ( ) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo somente a atenção primária e secundária à saúde.
- ( ) As populações indígenas não terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.
- ( ) A União, com seus recursos próprios, deve financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- ( ) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, centralizado, hierarquizado e regionalizado.

Marque a opção com a sequência CORRETA.

- (A) F, F, V e F.
- (B) F, V, V e F.
- (C) V, F, V e V.
- (D) V, V, F e V.
- (E) V, V, F e F.

13. A Lei Complementar Federal nº 141/2012 regulamenta o § 3º do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. São consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde, EXCETO:
- (A) Atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, exceto assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais.
  - (B) Capacitação do pessoal de saúde do sistema único de saúde (sus).
  - (C) Desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS.
  - (D) Saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.
  - (E) Investimento na rede física do sus, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde.
14. Na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o capítulo I “Dos Objetivos e Atribuições”, no Art. 6º, trata do campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). Faz parte do campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO:
- (A) A vigilância nutricional e a orientação alimentar.
  - (B) A colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o campo do trabalho.
  - (C) A formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção.
  - (D) A fiscalização de alimentos, água e bebidas para consumo humano, ficando a inspeção sob responsabilidade de outra instância das esferas governamentais.
  - (E) O controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.
15. Referente à Lei nº 10.424/2002, marque a opção CORRETA:
- (A) Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde, a articulação interfederativa e dá outras providências.
  - (B) Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
  - (C) Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde.
  - (D) Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
  - (E) Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
16. Para efeito do Decreto Federal nº 7.508/2011, marque a opção CORRETA.
- (A) Região de Saúde: serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS.
  - (B) Portas de Entrada: descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.
  - (C) Comissões Intergestores: instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.
  - (D) Mapa da Saúde: conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde.
  - (E) Rede de Atenção à Saúde: espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

17. Considerando a Portaria nº 2.436/2017, que trata sobre a Política Nacional de Atenção Básica, marque a opção CORRETA:
- (A) A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica (AB) e Atenção Primária à Saúde (APS), nas atuais concepções, como termos distintos, de forma a associar a ambos os princípios e as diretrizes definidas neste documento.
  - (B) A exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras é permitida, em situações adversas,.
  - (C) A Atenção Básica será a porta de entrada secundária e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.
  - (D) Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, de acordo com esta portaria, serão denominados Unidade Básica de Saúde (UBS).
  - (E) A integração entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Básica é condição dispensável para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde, e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e os danos à saúde, na perspectiva da intra e intersectorialidade.
18. A implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) pressupõe a atuação em vários eixos que objetivam a institucionalização, a difusão da estratégia e, principalmente, a apropriação dos resultados pela sociedade. Considerando os eixos de atuação, associe as colunas:
- |                                |     |  |
|--------------------------------|-----|--|
| a) Eixo da educação permanente | ( ) | indica-se que a PNH componha o conteúdo profissionalizante na graduação, na pós-graduação e na extensão em saúde, vinculando-a aos Pólos de Educação Permanente e às instituições formadoras.  |
| b) Eixo da gestão do trabalho  | ( ) | propõe-se a integração de recursos vinculados a programas específicos de humanização e outros recursos de subsídio à atenção, unificando-os e repassando o fundo mediante adesão, com compromisso dos gestores à PNH.  |
| c) Eixo do Financiamento       | ( ) | propõe-se a promoção de ações que assegurem a participação dos trabalhadores nos processos de discussão e decisão, reconhecendo, fortalecendo e valorizando seu compromisso com o processo de produção de saúde e seu crescimento profissional.  |
| d) Eixo da gestão da PNH       | ( ) | indica-se a pactuação com as instâncias intergestoras e de controle social do SUS, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação sistemáticos das ações realizadas, de modo integrado às demais políticas de saúde, estimulando a pesquisa relacionada às necessidades do SUS na perspectiva da Humanização. |
- Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.
- (A) c, a, b, d
  - (B) a, c, b, d
  - (C) b, a, d, c
  - (D) d, b, c, a
  - (E) b, d, a, c
19. A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Considerando em que serão alocados os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), marque a opção INCORRETA:
- (A) Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.
  - (B) Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
  - (C) Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
  - (D) Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
  - (E) Despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.

20. Considerando os objetivos propostos pela Política Nacional de Promoção da Saúde analise os enunciados e marque Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- ( ) Estimular a promoção da saúde como parte da integralidade do cuidado na Rede de Atenção à Saúde, articulada às demais redes de proteção social.
- ( ) Valorizar os saberes populares e tradicionais, ficando as práticas integrativas e complementares como plano secundário.
- ( ) Favorecer a mobilidade humana e a acessibilidade.
- ( ) Promover processos de educação, de formação profissional e de capacitação específicos em promoção da saúde, de acordo com os princípios e os valores expressos nesta Política, somente para trabalhadores e gestores, sem contemplar o cidadão.

Marque a opção com a sequência CORRETA:

- (A) V, V, F, F
- (B) V, F, V, F
- (C) F, V, F, V
- (D) V, V, V, V
- (E) F, V, F, F

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Dentre as competências profissionais listadas no art. 4º da Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, são também atribuições privativas:

- I. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- II. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população;
- III. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- IV. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- V. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo [Inciso II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil].

- (A) São verdadeiras as alternativas I, II e III.
- (B) São verdadeiras as alternativas I, II e IV.
- (C) São verdadeiras as alternativas II, III e V.
- (D) São verdadeiras as alternativas III, IV e V.
- (E) São verdadeiras as alternativas I, IV e V.

22. O Serviço Social na Educação no Brasil:

- (A) É um espaço ocupacional que surge a partir das profundas transformações produzidas pelo capitalismo na formação da sociabilidade das classes.
- (B) Expressa as significativas alterações no mercado de trabalho profissional provocadas pelo Movimento de Reconceituação.
- (C) É uma criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996).
- (D) Tem origem nos anos iniciais da profissão, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista.
- (E) É um espaço ocupacional instituído por meio da Lei nº 14.276/2021.

23. Numere a 2ª coluna de acordo com a primeira, considerando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93 de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11:

- |                                    |     |  |
|------------------------------------|-----|--|
| (1) É princípio fundamental        | ( ) | Participar na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.  |
| (2) É direito do Assistente Social | ( ) | Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.  |
| (3) É dever do Assistente Social   | ( ) | Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e na defesa de seus interesses e necessidades.  |
| (4) É vedado ao Assistente Social  | ( ) | Posicionar-se em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. |
|                                    | ( ) | Pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega.   |

A numeração correta da 2ª coluna é:

- (A) 3; 3; 2; 1; 4.
- (B) 2; 3; 3; 1; 4.
- (C) 3; 1; 1; 2; 4.
- (D) 2; 1; 3; 1; 2.
- (E) 3; 1; 2; 1; 4.

24. As competências do Assistente Social estabelecidas na Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, são:

- (A) Qualificações profissionais de âmbito geral, reconhecidas tanto para os assistentes sociais como para outros profissionais de áreas afins.
- (B) Privativas dos que possuem o diploma de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido e devidamente registrado no órgão competente.
- (C) Delimitações do espaço ocupacional e, por conseguinte, exercidas apenas por Assistentes Sociais.
- (D) Prerrogativas, privilégios, direitos e poderes para realizar algo diretamente vinculado à profissão.
- (E) As faculdades inerentes ao cargo de Assistente Social.

25. A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019:

- (A) Dispõe que as redes públicas de Educação Básica contarão com serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.
- (B) Dispõe que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão remunerar, com a parcela dos 30% (trinta por cento) não subvinculada aos profissionais da educação, os portadores de diploma de curso superior na área de Psicologia ou de Serviço Social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam aos educandos.
- (C) Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas contratarem Assistentes Sociais e Psicólogos.
- (D) Dispõe sobre a criação do Serviço Social nas Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- (E) Altera o art. 25 e acrescenta o Parágrafo Único à Lei nº 9.394, de 1996 (LDB), para possibilitar a existência de Psicólogos e Assistentes Sociais escolares no âmbito educacional.

26. Conforme o art. 5º da Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, são atribuições privativas do Assistente Social:
- (A) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
  - (B) Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.
  - (C) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
  - (D) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
  - (E) Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.
27. A inserção de assistentes sociais na Política de Educação a partir dos anos de 1990 tem se dado no sentido de:
- (A) Favorecer o exercício do controle social sobre a família proletária e dos processos de socialização e educação da classe trabalhadora.
  - (B) Responder principalmente às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação.
  - (C) Atender às requisições do Estado de controle social, de disciplina e de ajustamento na escola.
  - (D) Detectar as causas da dificuldade de aprendizagem e aproximar casa/escola ou escola/comunidade.
  - (E) Contribuir como agente de ligação entre a família, a sociedade e a escola para dar unidade à ação educacional, criando um conjunto de medidas de ajuda às famílias através do provimento de necessidades básicas de subsistência, de vida higiênica e sadia.
28. A educação de qualidade que deve pautar a atuação profissional na área de educação é aquela que:
- I. Contribui para a emancipação humana, pois possibilita que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e capacidades;
  - II. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
  - III. Tem como valor fundamental a liberdade individual e a solidariedade humana;
  - IV. Envolve densa formação intelectual e um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos;
  - V. Tem por base a pedagogia das competências e os paradigmas do empreendedorismo e da empregabilidade.
- (A) Todas as alternativas são verdadeiras.
  - (B) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
  - (C) As alternativas IV e V são falsas.
  - (D) As alternativas I e IV são verdadeiras
  - (E) As alternativas I, III e V são verdadeiras.
29. As atribuições e competências dos/as Assistentes Sociais na educação:
- (A) São orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP) e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993).
  - (B) Estão associadas à direção ético-política escolhida pelo profissional e ao modo como esse entende os procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais.
  - (C) Estão estabelecidas no Projeto ético-político do Serviço Social.
  - (D) São definidas pelos Regimentos Internos das escolas.
  - (E) Foram definidas na Lei nº 14.276/2021 que institui o Serviço Social Escolar.

30. Na construção das ações necessárias à afirmação da educação como direito social, as abordagens individuais:
- (A) Constituem a única forma de atuação dos/as assistentes sociais na política de educação.
  - (B) São bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, de violação e de não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação.
  - (C) São necessárias dadas a identificação da ação profissional na educação com a política de assistência social.
  - (D) São inadequadas dado que a ação profissional envolve diferentes atores (professores, família e trabalhadores e trabalhadoras da educação, gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, profissionais e redes que compõem as demais políticas sociais, instâncias de controle social e movimentos sociais).
  - (E) São desnecessárias, pois as situações experimentadas pelos sujeitos são expressões da questão social e, conseqüentemente, requerem a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência.
31. O documento do planejamento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações, constituindo-se na unidade elementar do processo de racionalização de decisões, é:
- (A) Plano.
  - (B) Plano Estratégico Situacional (PES).
  - (C) Programa.
  - (D) Projeto.
  - (E) A tríade de documentos (plano, programa e projeto).
32. Os estudos socioeconômicos que frequentemente são requeridos aos profissionais de Serviço Social na implementação de programas e projetos educacionais consistem em:
- (A) Um dos principais instrumentos de intervenção profissional do Assistente Social.
  - (B) Uma técnica utilizada no trabalho investigativo do Assistente Social.
  - (C) Um procedimento utilizado por profissionais de diversas áreas para selecionar beneficiários de bens e/ou de serviços.
  - (D) Uma atribuição privativa do Assistente Social prevista no art. 5º da Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993.
  - (E) Uma competência do Assistente Social prevista no art. 4º da Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993.
33. Nos estudos socioeconômicos, o instrumento não utilizado é:
- (A) Entrevista.
  - (B) Observação.
  - (C) Catarse.
  - (D) Reunião.
  - (E) Visita domiciliar.
34. São dimensões essenciais a serem observadas na elaboração de programas e de projetos:
- (A) Teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.
  - (B) Político-educacional, político-institucional e pedagógico-didática.
  - (C) Investigativa, pedagógico-interpretativa e interventiva.
  - (D) Formativa-curricular, sociointeracional e pedagógico-didática.
  - (E) Tempo, espaço e volume.

35. Na Política de Educação, a dimensão pedagógico-interpretativa da atuação profissional deve se expressar:
- (A) Na participação de Assistentes Sociais nas discussões sobre as formas de composição e funcionamento das conferências e conselhos de educação, tendo em vista a democratização desses espaços.
  - (B) Na articulação com os movimentos sociais em defesa de uma educação pública.
  - (C) Na incorporação de conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos escolares, especialmente aqueles produzidos na dinâmica das lutas sociais.
  - (D) Na inserção de Assistentes Sociais na dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos educacionais, assim como em instâncias de gestão e/ou coordenação nas esferas locais.
  - (E) No desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais.
36. Um elemento básico que caracteriza um programa social, distinguindo-o dos outros documentos resultantes do processo de planejamento, é:
- (A) A enumeração das atividades e projetos que comporão o programa, suas interligações, incluindo a apresentação sumária de seus objetivos e ações.
  - (B) A explicitação da política de prioridades e as razões para a escolha, destacando aspectos de viabilidade institucional, política, administrativa e técnica.
  - (C) A síntese dos fatos que motivam a elaboração do programa e a importância da problemática para a instituição e para os grupos sociais que se beneficiarão do planejamento.
  - (D) A formulação de objetivos gerais e específicos.
  - (E) A atribuição de responsabilidades de execução, de controle e de avaliação de resultados.
37. Um elemento básico que caracteriza um projeto social, distinguindo-o dos outros documentos resultantes do processo de planejamento, é:
- (A) O quadro cronológico das metas ou resultados a serem atingidos ao término do período ou das etapas previstas.
  - (B) O detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, o estabelecimento de prazos, a especificação de recursos humanos e materiais e a estruturação de receitas e custos.
  - (C) A formulação explícita das funções efetivamente consignadas aos órgãos e/ou serviços aos quais se vinculam, com responsabilidades em sua execução.
  - (D) A explicitação das medidas administrativas necessárias para sua implantação e manutenção.
  - (E) A estratégia e a dinâmica de trabalho a serem adotadas para sua realização.
38. Na gestão de uma política, programa ou projeto social, não pode faltar:
- (A) Neutralidade.
  - (B) Conexão entre os fins e os meios tendo como mediação a racionalidade.
  - (C) Adequação dos recursos ao fim visado.
  - (D) Coordenação do esforço humano coletivo.
  - (E) Emprego econômico dos recursos.
39. A(s) dimensão(ões) da profissão que a gestão de uma política, programa ou projeto social exige é(são):
- (A) Teórico-metodológica.
  - (B) Ético-política.
  - (C) Técnico-operativa.
  - (D) Ético-política e técnico-operativa
  - (E) Teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

40. A instituição do Programa Auxílio Brasil, pela Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021, alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) para incluir:
- (A) Os recursos destinados ao Programa no Fundo Nacional de Assistência Social.
  - (B) Os valores oriundos de programas assistenciais de transferência de renda na renda familiar mensal (soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família).
  - (C) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) na renda familiar mensal (soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família).
  - (D) A instituição do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda.
  - (E) Os tipos de proteção social – básica e especial – como forma de organização da assistência social.
41. Na descentralização da gestão e execução do Programa Auxílio Brasil, estados e municípios:
- (A) Destinarão um percentual de seus impostos para os respectivos fundos de assistência social para custear suas despesas com o Programa Auxílio Brasil.
  - (B) Participarão do Programa por meio da assinatura de convênios em que se comprometem com a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.
  - (C) Submeterão aos respectivos conselhos de assistência social a prestação de contas relativa aos recursos transferidos pela União para o apoio financeiro às ações de gestão e de execução descentralizada do Programa.
  - (D) Criarão o Conselho do Programa Auxílio Brasil para realizar o controle e a participação social.
  - (E) Criarão um Conselho Gestor Intersetorial vinculado ao chefe do Poder Executivo estadual ou municipal com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa.
42. A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional deve se expressar no âmbito da Política de Educação por meio:
- (A) Da identificação das situações de ameaça, de violação e de não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação.
  - (B) Da averiguação dos modos de vida dos indivíduos para comprovar que merecem receber o benefício.
  - (C) Da seleção daqueles que merecem receber os auxílios materiais e/ou os serviços oferecidos pelas instituições.
  - (D) Do conhecimento com profundidade de uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, especialmente, nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.
  - (E) Da emissão de parecer sobre o demandante da ação/usuário a fim de determinar seu acesso a benefícios e/ou serviços.
43. O Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, não:
- (A) Extinguiu o Programa Bolsa Família, revogando a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
  - (B) Ampliou a cobertura e a abrangência das prestações do Programa Bolsa Família, alterando a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 que o instituiu.
  - (C) Constitui uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.
  - (D) Prevê que sua execução se dê por meio da integração e da articulação de políticas, de programas e de ações direcionadas ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas).
  - (E) Tem como um dos seus objetivos a promoção da cidadania com garantia de renda e o apoio, por meio dos benefícios e serviços ofertados pelo Suas, à articulação de políticas direcionadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias.

44. Compõe o Programa Auxílio Brasil:

- (A) O Programa de Aquisição de Alimentos.
- (B) O Benefício de Prestação Continuada.
- (C) A Bolsa de Iniciação Científica Júnior.
- (D) O Auxílio Gás.
- (E) O Auxílio de Inclusão digital para as escolas do campo.

45. O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), uma medida adicional de resposta ao enfrentamento da doença, tida como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), foi elaborado a partir das discussões desenvolvidas pelos grupos técnicos no âmbito da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.841, de 5 de agosto de 2021 e as reuniões ordinárias da Comissão Intergestores Tripartite. A Comissão Intergestores Tripartite é formada por representantes do(s):

- (A) Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (B) Ministérios da Saúde, Educação e Cidadania.
- (C) Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).
- (D) Conselho Nacional de Saúde, Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem.
- (E) Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Educação.

46. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite:

- I. São instâncias deliberativas e permanentes do Sistema Único de Saúde (SUS), integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Saúde.
- II. Assessoram o Ministério da Saúde nos assuntos de incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como na constituição ou na alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica;
- III. São reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV. Decidem sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;
- V. Definem diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados.

São verdadeiros os itens:

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e IV.

47. O Programa Nacional de Imunização foi instituído pela:

- (A) Lei nº 8.080, de 16 de setembro de 1990.
- (B) Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.
- (C) Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
- (D) Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.
- (E) Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

48. A Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, cujo objetivo é:
- (A) Disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
  - (B) Assegurar, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
  - (C) Proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
  - (D) Conscientizar os adolescentes sobre a importância do comportamento sexual responsável, o respeito pelo/a outro/a, a igualdade e equidade de gênero, assim como a proteção da gravidez inoportuna, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis/HIV, a defesa contra violência sexual incestuosa.
  - (E) Unir família, escola e sociedade para articular-se com órgãos e instituições, públicas e privadas na garantia do desenvolvimento integral de adolescentes e jovens.
49. A lei que garante direitos e proteção às pessoas com 60 anos ou mais (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) foi alterada pela Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022 para:
- (A) Substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.
  - (B) Aumentar de 60 para 70 anos a idade a partir da qual a pessoa passa a ser considerada idosa.
  - (C) Garantir a preferência da pessoa idosa na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.
  - (D) Garantir prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
  - (E) Incluir a preferência especial aos maiores de 80 (oitenta) anos sobre as demais pessoas idosas no atendimento de saúde.
50. A declaração da Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, caracterizando a COVID-19 como uma pandemia, ensejou medidas excepcionais pela administração pública. Neste contexto, a aquisição de vacinas contra a Covid-19 pode ser feita por:
- (A) União.
  - (B) Estados.
  - (C) Municípios.
  - (D) União e Estados.
  - (E) União, Estados e Municípios.